

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 734.525 - PA (2015/0146319-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM - FUMBEL  
**PROCURADOR** : LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GÓES E OUTRO(S) - PA011902  
**AGRAVADO** : ANDRE GERALDO DA SILVA GUILHON  
**AGRAVADO** : ALICE DE FATIMA MIRANDA DIAS  
**AGRAVADO** : ANTONINA MARIA DE NAZARE DIAS MATOS  
**AGRAVADO** : ISAIAS AUGUSTO BONFIM SANTOS  
**AGRAVADO** : LUIZ ANTONIO VEIGA CASTRO  
**AGRAVADO** : MARCIA MARIA PINTO DE LIMA  
**AGRAVADO** : MARLENE CONCEICAO CARDOSO BERMEJO  
**AGRAVADO** : MARLY DIAS DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATTOS E OUTRO(S) - PA002731  
**INTERES.** : MUNICÍPIO DE BELÉM

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL contra decisão que inadmitiu o recurso especial com base na Súmula 85/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 405-406):

APELAÇÕES CÍVEIS. MANDADO DE SEGURANÇA. PRIMEIROS APELANTES. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO EM MOMENTO POSTERIOR. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DO APELO APÓS O JULGAMENTO DOS DECLARATÓRIOS. INOCORRÊNCIA. RECURSO PREMATURO. NÃO CONHECIMENTO, À UNANIMIDADE. SEGUNDO APELANTE: PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE DECADÊNCIA REJEITADAS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDA. OBSERVÂNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NA SÚMULA 85 DO STJ. PRETENSÃO DOS IMPETRANTES ENCONTRA RESPALDO EM LEI. INJUSTIFICÁVEL A RESISTÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, À UNANIMIDADE.

A recorrente afirma que o aresto impugnado violou o disposto nos arts.



# *Superior Tribunal de Justiça*

206, § 3º, II, do Código Civil; 14, § 4º, e 23 da Lei n. 12.016/2009.

Sustenta a necessidade de ser reconhecida a decadência da ação mandamental, ou ainda a prescrição do fundo de direito da pretensão formulada pelos servidores municipais, no sentido de obter a incorporação de diferenças remuneratórias decorrente de Plano de Carreiras instituído pela legislação local.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ, fls. 424-431.

Decido.

De acordo com a jurisprudência do STJ, a pretensão para a incorporação de diferenças remuneratórias, quando ausente negativa expressa por parte da administração, evidencia uma relação de trato sucessivo, de modo que apenas se encontram prescritas as parcelas vencidas há mais de cinco anos.

Aplica-se, no caso, a orientação firmada na Súmula 85/STJ: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação."

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROGRESSÕES FUNCIONAIS. CARREIRA DO SEGURO SOCIAL. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI 10.855/2004. INTERSTÍCIO DE DOZE MESES. LEI 5.645/1970. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. ATO OMISSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. 1. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária contra o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, objetivando a observância do prazo de 12 meses para progressão e promoção funcional até que sobrevenha regulamentação da Lei 10.885/2004.

2. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do STJ de que, na ação em que se verifica que a parte autora não foi beneficiada pela progressão funcional prevista em lei e não havendo recusa formal da Administração, incide, na espécie, a Súmula 85 do STJ, consoante a qual, nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

3. O entendimento do Tribunal a quo está de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que, no presente caso, as promoções e progressões funcionais deverão observar o interstício de 12 meses, e não de 18 meses como pretende a parte recorrente.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.777.943/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/5/2019, DJe 18/6/2019)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO. OMISSÃO ADMINISTRATIVA.



RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO.

1. Consoante o entendimento desta Corte, nas ações em que se discute omissão administrativa em proceder à progressão funcional de servidor prevista em lei, se inexistente recusa formal na implementação do direito, incide a Súmula 85 do STJ, havendo apenas a prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio anterior à propositura da ação. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.589.542/MG, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 28/3/2019)

Contudo, em se tratando de mandado de segurança, apenas é possível a cobrança das parcelas vencidas a partir do ajuizamento da ação, consoante orientação prevista na Súmula 269/STF: "O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança."

Desse modo, assiste razão à recorrente no tocante à impossibilidade de ocorrer o pagamento das diferenças relativas às parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação.

Registre-se, por sua vez, que o ajuizamento do mandado de segurança interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento da ação de cobrança, o qual voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado da presente ação mandamental.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. AJUIZAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO.

1. Nas causas em que se discute recebimento de vantagens pecuniárias, nas quais não houve negativa inequívoca do próprio direito reclamado, tem-se relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula 85 do STJ, que prevê a prescrição apenas em relação ao período anterior a cinco anos da propositura da ação.

2. "A impetração de mandado de segurança interrompe a fluência do prazo prescricional, de modo que tão somente após o trânsito em julgado da decisão nele proferida é que voltará a fluir, pela metade, o prazo prescricional para o ajuizamento de ação ordinária de cobrança das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ." (AgRg no REsp 1.332.074/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 4/9/2013).

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.645.378/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 20/4/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento, em



# *Superior Tribunal de Justiça*

parte, apenas para reconhecer a impossibilidade de cobrança das parcelas anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança, ressalvando-se o acesso da parte recorrida às vias ordinárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

